PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2630, DE 2020

Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

EMENDA Nº

Modifique-se o §2º do art. 33 do substitutivo apresentado ao PL n. 2630 de 2020 para que passe a contar com a seguinte redação:

§2º A Suspensão, extinção, limitação do alcance ou qualquer intervenção nas contas a que se refere o *caput* somente serão efetuadas pelos provedores mediante determinação judicial proferida em decisão colegiada fundamentada, garantindo-se o prévio direito de defesa do titular da conta.

JUSTIFICATIVA

O Projeto nº 2630/2020 fragiliza o mandato dos parlamentares e demais agentes políticos na medida em que permite interferências das plataformas em seus perfis de redes sociais. Ou seja, além da via judicial, uma determinada conta poderá ser suspensa ou extinta por decisão interna da plataforma.

Com a finalidade de garantir o pleno exercício do mandato de deputados e senadores, apresentamos esta emenda para garantir que somente por decisão judicial **colegiada** possa se suspender perfis de redes sociais considerados de interesse público.





Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Modifique-se o §2º do art. 33 do substitutivo apresentado ao PL n. 2630 de 2020 para que passe a contar com a seguinte redação: §2º A Suspensão, extinção, limitação do alcance ou qualquer intervenção nas contas a que se refere o caput somente serão efetuadas pelos provedores mediante determinação judicial proferida em decisão colegiada fundamentada, garantindo-se o prévio direito de defesa do titular da conta.

Assinaram eletronicamente o documento CD237037025300, nesta ordem:

- 1 Dep. Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)
- 2 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ) LÍDER do PL
- 3 Dep. Hugo Motta (REPUBLIC/PB) LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC *-(P_5318)
- * Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

